

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG

## Termo de Referência 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	984767-PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG	RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA	02/02/2026 17:53 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		PRC 299/2025

## 1. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO ITERMO DE REFERÊNCIA – TRPE 006/2026 PRC 299/2025

Requisição nº 67/2025	Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Educação
Responsável pela demanda: Suzana Araújo dos Reis – Superintendente de Planejamento Gestão e Finanças	
E-mail: secretariaeducacaoleopoldina@gmail.com	Telefone: (32) 36944285

## 1 - OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviços de COOFEE BREAK através de **Processo Licitatório** na modalidade **Pregão Eletrônico**, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O Contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5.085/22.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. Foi observado nesse processo o princípio da segregação de função.

Item	DESCRIÇÃO/	MARCA (SE APLICÁVEL)	UNIDADE DE MEDIDA	Qde	PRAZO DO CONTRATO	PRORROGAÇÃO (S/N)
	ESPECIFICAÇÃO					
1	Coffee Break para atender Secretaria Municipal de Educação em eventos e cursos realizados durante o ano de 2026:  Cafezinho com e sem açúcar, bolo de chocolate, bolo de cenoura com cobertura, biscoitos variados, pão de queijo, (2) sucos naturais e etc, copos e guardanapos descartáveis.  <b>CATSER: 12807</b>		UN	<b>1500 serviços</b>	-	N

## 2. - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do COOFFE BREAK para os eventos a serem realizados em 2026, pode ser justificada para o atendimento dos eventos, reuniões, cursos de formação continuada e capacitações promovidas pela Secretaria de Educação. Esses momentos demandam a oferta de lanche aos participantes, contribuindo para o bom andamento das atividades, conforto dos servidores e convidados, bem como para a promoção de um ambiente acolhedor e propício à aprendizagem e ao diálogo.

## 3. - SOLUÇÃO

3.1. A presente contratação possibilitará a solução da demanda exposta na cláusula anterior, e se dará por meio de processo licitatório através de pregão para aquisição dos itens contidos no tópico 1 deste Termo de Referência atenderemos a demanda da SME.

#### 4. - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os contratados deverão fornecer os itens do tópico 1 atendendo as especificações dos produtos, além de atender a todas as cláusulas contratuais.

4.1. O contratado deverá fornecer o serviço de acordo com a Ordem de Fornecimento recebida; respeitando data, horário, duração e quantidades estipulados e se responsabilizar pelo transporte de materiais e equipamentos necessários.

4.2. O contratado deverá fornecer um cardápio variado de acordo com a contratante devendo conter algumas das opções abaixo:

Cafezinho com e sem açúcar, bolo de chocolate, bolo de cenoura com cobertura, biscoitos variados, pão de queijo, (2) sucos naturais e etc, copos e guardanapos descartáveis

4.3. Sendo obrigatório conter nos eventos as bebidas mencionadas no item 4.2.

4.4. As quantidades deverão ser de acordo com o número de convidados por eventos.

4.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.6. Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pelo gestor e ou fiscal com respeito à execução do objeto;

4.7. Responsabilizar-se pela qualidade do serviço, e pela averiguação do prazo de validade, substituindo, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual, sem qualquer custo adicional para o Município;

4.8. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido do Município;

4.8. Executar o contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues;

4.9. Cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pelo Município;

4.10. Fazer o transporte e fornecer os alimentos no local determinado pela Secretaria Municipal de Educação.

4.11. A futura contratada deverá apresentar os documentos indicados nos arts. 68 da Lei nº 14.133/21:

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

**I** - A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**II** - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**III** - A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**IV** - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**V** - A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**VI Qualificação Econômico-Financeira:**

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante

**VI** - O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do caput deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

**4.12.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.13.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Tendo em vista o pequeno vulto da contratação, bem como a baixa complexidade do material a ser adquirido.

**4.14.** O prazo de garantia deve estar em acordo com o inciso II. do artigo 26, da Lei n. 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. Caso o fabricante/fornecedor possua uma garantia maior que a determinada neste Termo de Referência, prevalecerá a maior.

**4.15.** O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa forneça ou tenha fornecido, a contento, itens de mesma natureza do objeto desta contratação;

**4.16.** Será admitida nessa licitação a participação de Cooperativas.

**4.17.** Não será permitido a participação de Consórcios. A ausência dos consórcios não importará prejuízo ao certame visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se aplica ao presente caso.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** O objeto desse termo consiste em fornecimento de serviço de cooffee break com disposição de materiais e equipamentos para atender à Secretaria de Educação com todos os materiais e utensílios necessários para acomodar e servir os alimentos, tais como: mesas, toalhas de mesa, guardanapo, porta-guardanapo, palitos para servir frios, copos e tudo o que for preciso. Os alimentos deverão ser entregues em bandejas adequadas, observando as normas pertinentes da legislação sanitária, podendo ser descartáveis, contudo, sem afetar a boa apresentação destes. As bebidas deverão ser entregues na temperatura adequada ao consumo. Quando do fornecimento de café, a CONTRATADA deverá oferecer garrafas térmicas limpas, de boa apresentação e qualidade, com etiquetas sobre o conteúdo, a responsabilidade da Educação do município de Leopoldina MG telefone (32) 36944285 de acordo com a ordem de serviço.

**5.2.** A CONTRATADA deverá fornecer quanto a sustentabilidade:

- **5.2.1. Materiais Sustentáveis:**

Que os materiais utilizados sejam, no todo ou em parte, **reciclados, atóxicos e biodegradáveis**, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

Verifique se os produtos possuem **certificação do INMETRO** como sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos similares.

- **5.2.2. Embalagens Responsáveis:**

Forneça **embalagens individuais adequadas**, como copos descartáveis e pratos descartáveis e que sejam feitas de **materiais recicláveis**.

Garantir a proteção durante o transporte e armazenamento.

- **5.2.3. Gestão de Resíduos:**

Verifique se possui práticas de **coleta seletiva e descarte adequado de resíduos**.

Considere a possibilidade de **reciclagem** dos resíduos gerados durante o evento.

**5.3.** O Contratante recusará os serviços que forem entregues em desconformidade com este Termo de Referência;

**5.4.** Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**5.5.** A proposta comercial terá validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega;

## **6. VIGÊNCIA DO OBEJETIVO**

**6.1.** O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2026, contados a partir da data de sua publicação.

## 7. GESTÃO DO CONTRATO

**7.1. 7.1.** Observando o disposto na legislação, a gestão do contrato será realizada pela servidora **Suzana Araújo dos Reis**.

**7.1.1.** As atribuições do gestor do contrato são aquelas previstas no art.20 do Decreto Municipal 5.190/23

**7.2.** A fiscalização do contrato será exercida **pelo servidor Fernando Luiz Benevenuto Abritta**

**7.3.** O Fiscal do Contrato será responsável pelo acompanhamento da execução contratual, desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação, controle e fiscalização;

**7.4.** O fiscal de contrato comunicará à contratada, por escrito, preferencialmente via e-mail, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

**7.5.** Compete ao Fiscal desempenhar as atribuições previstas no art. 21 do Decreto Municipal nº 5.190/23.

**7.6.** A presença da Fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

**7.7.** Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

## 8. – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**8.1.** O pagamento decorrente da concretização do objeto adquirido será efetuado pela Tesouraria, em parcela única, conforme nota fiscal/fatura, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo;

**8.2.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

**8.3.** O gestor e/ou a Contabilidade, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

**8.4.** O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

**8.5.** Os pagamentos ao contratado somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços e/ou entrega dos produtos, nas condições estabelecidas, o que será comprovado por meio de atestação em documento correspondente, emitida pelo gestor de contrato do Município;

**8.6.** Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

**8.7.** Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

## 9 - FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**9.1.** O futuro contratado será selecionado através de **PROCESSO LICITATÓRIO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com critério de julgamento de menor preço por item, observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**9.2.** A presente licitação é de participação exclusivas das Microempresas, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedores individuais definidas na referida Lei. Não será admitida nesta licitação a participação das empresas que não se enquadrem como ME ou EPP ou MEI, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 incluindo as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, ou que nessa condição estejam incluídas em alguma das excludentes hipóteses do § 4º do art. 3º da mencionada Lei Complementar.

### 10- estimativas do valor da contratação

#### 10.1- METODOLOGIA

Na forma do art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação é o descrito na tabela abaixo, referente a média de preços obtidos conforme documentos anexos.

Item	Valor por unidade	Unidade	Quantidade	Média	Valor Global
1	34,00	UN	1500 serv	34,00	51.000,00

#### 10.2- RAZÃO DA ESCOLHA

Para a estimativa do valor de referência, não foi possível utilizar o Painel de Preços do Governo Federal, uma vez que não há registros atualizados ou compatíveis com o objeto pretendido conforme consulta realizada.

Diante dessa ausência de dados adequados, a secretaria realizou pesquisa de preços diretamente com fornecedores do ramo, obtendo três orçamentos distintos, em conformidade com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que permite a utilização de pesquisa de mercado em sítios eletrônicos especializados ou junto a fornecedores.

Essa metodologia assegura a formação de preço justa e compatível com o mercado atual, observando os princípios da economicidade, eficiência e transparência, que regem as contratações públicas.

#### 10.3- DA DATA DOS ORÇAMENTOS

Os orçamentos foram colhidos antes de decorridos 06 (seis) meses da contratação.

10.4. MATRIZ DE RISCO

Serviços: Considerando que a presente contratação se trata da prestação de serviço comum, que não se enquadra como de grande vulto, e tendo em vista que não foram adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, sobretudo porque a análise pormenorizada dos riscos revela-se incompatível com a natureza do objeto, dispensa-se a elaboração de matriz de risco, nos termos do art. 22, caput, e § 3º, da Lei nº 14.133/21, e conforme art. 150, § 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 5.180/23. O ônus financeiro decorrente da revisão do valor contratado para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, poderá ser suportado pelo CONTRATANTE em caso de elevação extraordinária dos custos, e pelo CONTRATADO em caso de redução, observadas as diretrizes dos arts. 172 e ss. do Decreto Municipal nº 5.180/23.

11- Adequação orçamentária

A dotação orçamentária que suportará o custo da contratação deverá ser feita na ficha nº: 405

Desenvolvimento Projeto\Escola Tempo Integral, dotação: 021002.12.361.0010.2365.0000.3.3.90.39

Leopoldina/MG, dia 16 de janeiro de 2026.

Suzana Araújo dos Reis

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

Fernanndo Luiz Benevenuti Abritta

Fiscal de Contrato

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A responsabilidade atestada refere-se única e exclusivamente à transcrição das informações para o sistema digital, permanecendo o conteúdo sob responsabilidade dos servidores autores.

RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA

AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS



